Amazônia Legal Urbana

ANÁLISES SOCIOESPACIAIS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

DESIGUALDADES URBANA E DE GÊNERO EM TEMPOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL DE RIO BRANCO (AC)

www.amazonialegalurbana.com.br

Projeto Amazônia Legal Urbana Análise Socioespacial de Mudanças Climáticas

Coordenação de Pesquisa: Diosmar Marcelino de Santana Filho
Coordenação de Comunicação: Juliana Costa Santos Dias

Pesquisadoras
Andrêa Jacqueline F. Ferreira
Diosmar Marcelino de Santana Filho
Emanuelle Freitas Góes
Tatiane de Cassia da C. Malheiro

Responsável pelo Projeto
Diosmar Marcelino de Santana Filho
CNPJ: 26.265.857/0001-27 - Termo de Doação: 20-00773
Endereço: Rua Barão do Triunfo, 455, Apt. 401 – Rio Vermelho, CEP 41.950-880, Salvador, Bahia.

Apoio
Instituto Clima E Sociedade - ICS
Diretora Executiva: Ana Toni
Coordenação do Iniciativa Amazônia Legal Urbana: Leonildes Nazar
Endereço: Rua General Dionísio, nº 14 – Humaitá, CEP 22271-050, cidade do Rio de Janeiro, RJ.

Dados do Registro em Biblioteca Nacional
SANTANA FILHO, Diosmar M. FERREIRA, Andrêa J. F. GOES, Emanuelle F. COSTA MALHEIRO, T. C.Desigualdades Urbana e de Gênero em Tempos de Mudanças Climáticas: uma análise socioespacial de Rio Branco (AC). Org. Instituto Clima e Sociedade (2021): Rio de Janeiro/RJ – Brasil. 24 p

ISBN nº 978-65-88149-12-6

DESTAQUES DO PAPER

De acordo com Censo 2010, Rio Branco apresenta-se como uma cidade com uma população composta, ligeiramente, por mais mulheres em relação aos homens, onde mais de 70% das pessoas entrevistadas se autodeclararam pretas e pardas.

Rio Branco tem população estimada pelo IBGE em 2020, de 413.418 habitantes. Um crescimento de 18,72%% em comparação ao Censo 2010, onde a população era de 336.038 hab., com densidade de 38,03 hab./km².

Metade da população entrevistada no Censo 2010 relata residir em casas de alvenaria com revestimento (55,79%) e 38,88% em domicílios de alvenaria sem revestimento.

Os dados são expressivos ao revelar que 40,07% da população residente em 2010, se declaram sem renda.

Quando se analisa o (não) acesso a água canalizada, observa-se um gradiente de gênero, onde mulheres são as que mais enfrentam esse não acesso.

As desigualdades étnico raciais marcam a vida das mulheres indígenas, pretas e pardas, são as que mais referem essa forma de não acesso a água.

Se a análise é sobre densidade urbana, a área urbana é de 145 km² e residem 91,82% das população municipal, a área representa 1,66% do território municipal, revelando uma alta densidade territorial com 2.128 hab./km².

As mudanças constantes na temperatura do município são preocupantes, pelos recordes de temperatura na marca de de 39°C e mínima recorde de 6°C.

Temperaturas como a abaixo de 13°C registrada em agosto/2020 colocou os rio-branquenses em completa vulnerabilidade diante das desigualdades de área de ocupação, moradia e renda.

São 16 aglomerados subnormais classificados pelo Censo 2010, com uma população de 36.844, são 10,96% da população municipal e 51,32% são mulheres e os homens são 48,68%.

Os aglomerados subnormais estão localizados nas Zonas de Vulnerabilidade Ambiental, conforme aprovação em 2016, do Plano Diretor revisado e alterado.

Pelo critério de raça/cor com rendimento mensal 1/8 a 1 salário mínimos, 64,96% da população indígena sobrevivem nessa faixa de renda, 72,0% da população negra e 48,10% dos brancos.

Não será possível formular políticas de adaptação e mitigação aos efeitos e impactos das mudanças climáticas, mantendo o grau de desigualdades e exclusão que está a totalidade a população rio-branquense.

Autoras(es)

Diosmar Santana Filho
Doutorando em Geografia pelo PósGeo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador/ Pesquisador do Projeto Amazônia Legal Urbana.
E-mail: pfilho@gmail.com

Andrêa Jacqueline Ferreira
Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Alimentos, Nutrição e Saúde (UFBA). Colaboradora do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (CIDACS/Fiocruz-BA). Pesquisadora do Projeto Amazônia Legal Urbana.
E-mail: andreaferreiracv@gmail.com

Emanuelle Góes
Pós-Doc (CIDACS/Fiocruz). Doutora em Saúde Pública com concentração em Epidemiologia pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). Mestra em Enfermagem na Linha de Pesquisa Mulher, Gênero e Saúde (UFBA). Pesquisadora do Projeto Amazônia Legal Urbana.
E-mail: emanuellegoes@gmail.com

Tatiane Costa Malheiro
Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - UFPA. Professora de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA (Campus Rural de Marabá - CRMB). Pesquisadora do Projeto Amazônia Legal Urbana.
Email: tatiane.costa1302@gmail.com

SUMÁRIO

5 A URBANA AMAZÔNIA LEGAL DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

8 METODOLOGIAS DAS ANÁLISES SOCIOESPACIAIS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMAZÔNIA LEGAL

10 DESIGUALDADES DE RAÇA/ETNIA E GÊNERO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM RIO BRANCO

16 ORDENAMENTO TERRITÓRIAL DESIGUAL DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

22 REFERÊNCIAS

A URBANA AMAZÔNIA LEGAL DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A análise socioespacial das Mudanças Climáticas no contexto urbano da Amazônia Legal [1] tem como forma e estrutura, o reconhecimento dos processos históricos e as condições socioeconômicas que se estabelecem nesse território político instituído pelo Estado brasileiro.

Os estudos desenvolvidos apresentam as dimensões contemporâneas dos processos estabelecidos pelo ordenamento territorial desigual urbano e as condições socioeconômicas da população em diversidade de gênero, racial e étnica nas cidades. Dessa maneira, a análise referencia-se em princípios e diretrizes da escala mundo quanto às políticas de adaptação, mitigação e/ou redução das mudanças climáticas pelos compromissos do Estado Brasileiro com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) [2] e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) [3].

A UNFCCC foi promulgada em território nacional há vinte e seis anos pelo Decreto Legislativo 01/1994 e vinte e dois anos pelo Decreto Presidencial 2.652/1998, o que torna responsabilidade de todos os entes federados a elaboração, formulação e efetivação de políticas de interesse público e privado em atenção aos objetivos e metas destas. E, em 2015, na Conferência sobre Mudanças Climáticas de Paris, o país ratificou seu compromisso, sendo signatário da vigésima primeira sessão da Conferência das Partes (COP) e a décima primeira sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto (CMP).

As análises chamam a atenção dos processos de revisão e/ou elaboração dos planos diretores municipal na região da Amazônia Legal e se referência nos seguintes ODS da Agenda 2030 da ONU: 1 - Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares; 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6 - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos; 10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países; 11 -Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; e 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

Com atenção ao ODS 5, pelo aprofundamento necessário sobre as questões de gênero diante das mudanças climáticas, as mulheres são consideradas o grupo mais exposto aos impactos causados pelas mudanças climáticas.

Segundo a ONU, "a participação das mulheres na tomada de decisões em relação às mudanças climáticas resulta em uma melhor resposta às necessidades dos cidadãos e no desenvolvimento de políticas e projetos com melhores resultados" [4]

E as mulheres em situação de pobreza nas regiões onde se aprofunda a desigualdade estão entre as mais afetadas, embora sejam as que menos contribuem para alteração nas mudanças [5]. Estas vivenciam as condições de vida mais precárias pela falta de saneamento básico, esgotamento sanitário e moradias adensadas, ademais, é o contingente populacional em maior proporção que vive em áreas marginais, vulneráveis a enchentes, aumento dos níveis do mar e tempestades [5]. A imposição desigual de gênero direciona às mulheres a responsabilidade do bem-estar da família e da comunidade e, por isso, também as mudanças climáticas afetam mais as mulheres. Este fenômeno agudiza as desigualdades preexistes e estruturais como as de gênero, raça e território.

Para Cunha (2010), o contexto é de segregação socioespacial pelos efeitos direto e significativo na vida das pessoas – no Brasil e/ou países desenvolvidos, o "espaço importa" quando o centro das atenções são as condições de vida dos habitantes em suas diferenças socioeconômicas. "Por exemplo, famílias pobres que vivem em áreas precárias, com baixa acessibilidade e pouco ou nenhum desenvolvimento urbano, terão mais dificuldades que aquelas na mesma condição, mas que vivem em áreas mais consolidadas das cidades" [6].

Desde os anos noventa, as cidades brasileiras experimentam um modelo de governança adaptado à lógica mercadológica, que as colocam competitivas e atrativas aos investimentos diversos, traduzindo uma lógica de planejamento e gestão de caráter econômico [7]. Nessa ótica, é mercadoria e empresa para a qual é fundamental a criação de um consenso social no espaço (cidade pátria) [8].

O espaço urbano tem como atenção as múltiplas solicitações e ordens externas, o que coloca no centro das disputadas pelo direito à cidade os movimentos sociais urbanos, como força social para governança das cidades, em caráter democrático, pautada na redistribuição da riqueza e universalidade da política urbana. É o que justifica as ações do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) ao demandar das gestões municipais, um planejamento que se diferencie e seja contra-argumentação ao planejamento tecnocrático e conservador, concentrador de poder em mãos tecnocratas, defensor de interesses privados em detrimento dos coletivos [9].

As ações empreendidas pela participação como instância da gestão do espaço urbano defendem as seguintes teses: a) a gestão democrática, que visa superar os limites da democracia representativa; b) a garantia da função social da cidade, a partir da subordinação dos direitos da propriedade individual aos interesses coletivos; c) inversão de prioridades, por políticas urbanas direcionadas a minimizarem as necessidades coletivas das camadas populares submetidas a uma extrema desigualdade social; d) a universalização dos direitos urbanos, como o direito à habitação, saúde, educação, energia elétrica, iluminação pública, água potável, coleta de lixo, creche, ao transporte urbano, lazer, saneamento básico, dentre outros [10].

Em reconhecimento dessas condições, as análises se dão sobre as estruturas e formas reveladas na formação socioespacial dos municípios, dando forma a cidades interdependentes da realidade Global século XXI.

As cidades interdependentes na Amazônia Legal integram o território político no ordenamento instituído, sendo uma construção geopolítica: global (floresta em biodiversidade – capital natural); e local (floresta a ser ocupada pelo crescimento econômico brasileiro). Nas escalas, analisam-se os processos pelas técnicas e tecnologias, que Milton Santos chama atenção pelo enfoque abrangente, citando o termo reverse salient definido por Joerges (1988) como "anomalias técnicas ou organizacionais que resultam da elaboração desigual ou da evolução desigual de um conjunto e de tal maneira que, quando uma parcela progride, uma outra atrasa" [11], o que para Santos são rugosidades a serem analisadas como heranças socioterritoriais, pelo seu estudo aprofundado no espaço como "objeto técnico mais concreto ou mais performante, dado pelo conjunto da sociedade, e se exprime através da realidade do espaço que se encaixou" [11].

E, segundo Bertha Becker, a Amazônia e a política ambiental brasileira precisam de mudanças na organização da sociedade para se pensar em mudanças de planejamento nas cidades da Amazônia. "Essa é a base de todo processo e está ligada às grandes mazelas da região: as telecomunicações, a mobilidade do trabalho, a urbanização" [12]. Para a autora, existe um pensamento não amazônico sobre as fronteiras agrícolas, que invisibiliza o início da fronteira urbana, pois os "núcleos urbanos eram os núcleos de agregação, da mobilização do trabalho, da mão de obra, e era aí que os "gatos" vinham pegar os peões. Os núcleos urbanos foram fundamentais para a devastação de floresta e a expansão da pecuária" [12].

Portanto, as análises socioespaciais sobre as Mudanças Climáticas nos espaços urbanos da Amazônia Legal, nessa primeira etapa, propõem-se contribuir com processos de revisão ou elaboração dos planos diretores urbanos – em face das desigualdades vivida pelas populações em diversidade de gênero, racial e étnica – e diferenças sociais, econômicas e ambientais nas cidades Belém (Pará), Macapá (Amapá), Manaus (Amazonas), São Luís (Maranhão) e Rio Branco (Acre).

METODOLOGIAS DAS ANÁLISES SOCIOESPACIAIS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Trata-se de um estudo exploratório, com base em dados secundários, relativos aos espaços urbanos em capitais da Amazônia Legal.

Base de dados e seleção das variáveis

As informações utilizadas nos estudos são procedentes do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [13–15]. Com base nestes dados selecionamos as informações relativas às características sociodemográficas (sexo, raça/cor, escolaridade, renda domiciliar per capita), domiciliares (tipo de domicílio, esgotamento sanitário, destino do lixo e rede de acesso a água potável), territorial (setores censitários, distritos, bairros e aglomerados subnormais) e faces dos logradores intermediários de 2019.

Para a análise o estudo adota três dimensões de impacto dos efeitos das mudanças climáticas em áreas urbanas sistematizadas por Isabela Battistello Espíndola e Wagner Costa Ribeiro [16], em bases teórica do planejamento urbano-territorial:

Primeira quanto a mudança nas condições médias: Mudanças Climáticas - Precipitação; Impacto em áreas urbanas: risco crescente de enchentes, risco crescente de deslizamentos de encosta, migrações das zonas rurais, interrupção das redes de abastecimento de produtos alimentares;

Segunda quanto a mudanças em condições extremas: Mudanças Climáticas - Chuvas extremas/ciclones tropicais; Impacto em áreas urbanas: inundações mais frequentes, maior risco de deslizamentos de encostas, danos em casas, fábricas e infraestruturas urbanas;

Terceira quanto a mudanças na exposição: Mudanças Climáticas - Movimentos populacionais; Impacto em áreas urbanas: Migrações de habitats rurais afetados. Mudanças Climáticas - Mudanças biológicas; Impacto em áreas urbanas: Aumento de vetores de doenças.

A caracterização domiciliar teve como base os dados amostrais, dada a ausência de informações disponíveis para toda a população desagregadas por raça/etnia e sexo, considerando que os marcadores de raça e gênero são determinantes no cenário das mudanças climáticas e nas disparidades de saúde [15]. No Censo 2010, também foram extraídas as informações relativas à distribuição dos serviços de saúde, de acordo com os setores censitários do município de Rio Branco (AM) [14,15].

Dados sobre a mortalidade tem como base o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/DATATSUS) para períodos de 2010 a 2018, considerando as cidades da Amazônia Legal, a Região Norte/Nordeste e o Brasil [17]. Foram selecionadas as causas de óbito atribuídas à água insegura, saneamento inseguro e falta de higiene (exposição a serviços inseguros de água, esgotamento sanitário e higiene, considerando o Objetivo 3 dos ODS (Saúde e Bem-estar). Para isso, foram selecionadas as seguintes causas de óbito, considerando o Código Internacional de Doenças (CID-10): diarreia (A00, A01, A03, A04, A06-09), infecções por nematoides intestinais (B76-B77, B79) e desnutrição proteico-energética (E40-E46) [17].

Os dados cartográficos, censitários, distrital e das faces

dos logradouros intermediários (2019) foram extraídos da Biblioteca de Geociências do IBGE e no Sistema do IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Foram extraídas as informações socioeconômicas do Censo Demográfico (2010) pela classificação de gênero, raça e etnia das populações residentes nos territórios em análise [14,15].

Análise dos dados

Após seleção das variáveis de interesse e análise da completude dos dados, as informações relativas as características sociodemográficas e domiciliares dos indivíduos residentes em São Luís foram apresentadas sob a forma de proporções, considerando a sua distribuição de acordo com a intersecção das variáveis raça/cor e sexo.

Os dados relativos à mortalidade por causas específicas foram apresentados de forma gráfica, observando-se a sua tendência temporal, considerando quatro níveis: cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, integrado a Amazônia Legal. Com base nos dados cartográficos do IBGE, se desenvolveu as análises socioespaciais com a elaboração de mapas temáticos, com imagens georreferenciadas extraídas do software Google Earth Pró – com base no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas - SIRGAS (2000). Produzindo subsídios teóricos e metodológicos para elaboração ou revisão de planos diretor do município de Rio Branco – em face da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

DESIGUALDADES DE RAÇA/ETNIA E GÊNERO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM RIO BRANCO

As condições de vida e saúde são afetadas por diversos contextos, entre eles as mudanças climáticas, por meio de uma série de mecanismos, que incluí o aumento do calor, má qualidade do ar e eventos climáticos extremos, bem como através de mudanças que alteram doenças transmitidas por vetores, a exemplo das arboviroses, reduzem a qualidade da água e aumentam a insegurança alimentar [18,19]. As vulnerabilidades relacionadas à saúde são mediadas por determinantes sociais estruturantes, como o racismo, contexto de pobreza, condições geográficas e culturais, e diferem substancialmente entre homens e mulheres, repercutindo no aprofundamento das desigualdades de gênero, em especial em países de baixa e média renda, neste caso se insere o Brasil [18,19]. Este cenário alarmante das mudanças do clima tem sido evidenciado ao longo dos anos e em diversos territórios.

A escassez de dados desagregados por gênero e raça restringe a compreensão e o debate acerca dos danos às condições de vida e saúde relacionados as mudanças climáticas, resultando na invisibilidade destas desigualdades. Neste sentido, os planos diretores aprovados pelo legislativo, assim como as políticas públicas precisam considerar tais desigualdades e a invisibilidade das informações do perfil populacional no enfrentamento as mudanças climáticas.

A cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre tem uma população de 401.155 pessoas, de acordo com as projeções do IBGE, em 2018, com densidade populacional urbana estimada em 1.215,69 hab/km². A capital apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,73 [13], e uma esperança média de vida ao nascer de 76,28, a menor do país, ficando abaixo da média nacional [21].

De acordo com Censo 2010, Rio Branco apresenta-se como uma cidade com uma população composta, ligeiramente, por mais mulheres em relação aos homens, onde mais de 70% das pessoas entrevistadas se autodeclararam pretas e pardas. No que se refere as características sociodemográficas, 26,83% dos residentes referem renda inferior a um salário-mínimo e menos, com destaque para o expressivo quantitativo de residentes sem renda declarada (40,07%).

Quase metade da população estão nos estratos escolares, sem 10 instrução e fundamental incompleto. E a maioria dos domicílios se localizam na zona urbana, mais de 90% (Tabela 1).

Segundo o Mapa das Desigualdades das capitais brasileiras, publicado em 2020 [13], Rio Branco apresenta uma cobertura florestal de 70,88%, a segunda mais alta do país, atrás apenas de Manaus. Rio Branco é, entre as capitais brasileiras, a que apresenta a menor cobertura de domicílios com

banheiro exclusivo (94,2%).
Apenas 33,05% dos domicílios têm acesso à coleta de esgoto e mais da metade (52,66%) à rede de abastecimento de água. Acre é uma das capitais brasileiras que apresenta a maior proporção de tratamento de esgoto em relação à água consumida. Ainda segundo o Mapa das Desigualdades entre as capitais brasileiras, publicado em 2020, cerca de 94,2% dos domicílios em Rio Branco não têm banheiro exclusivo, 82,02% têm acesso à rede de abastecimento de água, e 99,4% dispõem de energia elétrica no domicílio [13].

Em relação ao esgotamento sanitário, 73,15% da população tem acesso à coleta de esgoto, a segunda maior cobertura da região Norte do país, porém, apenas 24,63% do esgoto é tratado em relação à água consumida, o que coloca à capital como à terceira da região Norte com pior desempenho neste indicador, atrás apenas de Belém e Porto Velho.

Em relação a coleta seletiva de lixo, apenas 24,87% dos residentes da cidade têm acesso a este serviço. Essa é também a cidade que apresenta a pior recuperação de materiais recicláveis no país (0,19%) [13].

Os dados levantados pelo Censo 2010 revelam que a maioria da população residente na cidade de Rio Branco vive em domicílios do tipo casa. Mais da metade dos entrevistados relatam residir em casas de alvenaria com revestimento (55,79%) e 38,88% em domicílios de alvenaria sem revestimento. Contudo, observa-se desigualdades étnicoraciais em relação ao tipo de material de construção. Homens e mulheres indígenas são os grupos que menos acessam domicílios de alvenaria com revestimento. Quando se analisa os domicílios de madeira (aparelhada ou reaproveitada) e taipa (com e sem revestimento), observase importantes desigualdades raciais, com concentração deste tipo de material tipo de habitação entre pretos, pardos e indígenas, em ambos os gêneros, com destaque para maior proporção de homens nesta condição em relação as mulheres.

A concentração de alvenaria sem revestimento, desigualdades étnico-raciais são observadas para domicílios de alvenaria revestidos, onde as mulheres indígenas são as que mais residem neste tipo de domicílio à utilização de materiais de construção de baixa 11 qualidade, desigualdades étnico-raciais e de gênero são observados, sendo as mulheres as que apresentam a maior proporção do uso de

madeira aproveitada e taipa para construção das residências. Entre elas, destacam-se as indígenas, seguidas das pretas e pardas. Os homens seguem apresentando o mesmo padrão étnico-racial (Tabela 2).

Cabe destacar a baixa cobertura de acesso à rede geral de esgoto na área urbana da capital, sendo as mulheres e os homens indígenas, pretos e pardos, os grupos sociais com menor proporção de acesso a este serviço. As desigualdades étnico-raciais são observadas no extremo oposto, onde indígenas, pardos e pretos são os grupos que apresentam a maior proporção de não acesso ao esgotamento sanitário adequado, representado pelo uso de fossas rudimentares, valas e outros destinos inapropriados.

O mesmo gradiente étnico-racial e de gênero é observado para a coleta de lixo, onde as mulheres indígenas são as que apresentam a menor proporção de acesso a serviço adequado de coleta de lixo, considerando todos os grupos sociais destacados neste estudo, seguido das mulheres pardas e pretas. O mesmo gradiente étnico-racial é observado entre os homens.

No lado oposto, definido pela ausência do serviço adequado de coleta de lixo (enterro, queimadas e descarte em outros destinos), os grupos acima mencionados são os que mais se destacam, demonstrando a presença do gradiente étnico-racial e de gênero, em ambos os extremos do acesso ao serviço de coleta de lixo. Em relação ao acesso ao abastecimento de água, mulheres pardas, pretas e indígenas são os que tem menor acesso a rede geral de abastecimento de água.

Quando se analisa o (não) acesso a água canalizada, observa-se um gradiente de gênero, onde mulheres são as que mais enfrentam esse não acesso. Entre elas, destacam-se as desigualdades étnico raciais, onde as indígenas, pretas e pardas são as que mais referem essa forma de não acesso a água. Esse mesmo padrão é observado quando observamos outras formas de não acesso a este direito básico, a exemplo do uso de poço ou nascente sem canalização (Tabela 2).

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM/DATASUS), em relação aos óbitos advindos do uso de água e saneamento inseguros e a falta de higiene, na cidade de Rio Branco podemos observar um declínio a partir de 2015, sendo de forma mais acentuada em 2016 em diante, apresentando percentuais menores que as outras escalas (Acre, região Nordeste e Brasil) (Gráfico 1).

Conforme observado pela UNFCCC [19], as mulheres vivem opressões múltiplas de raça/etnia, gênero, classe, geração e território, bem como uma carga maior de impactos das 12 mudanças climáticas, o que redobra as desigualdades étnico-raciais e de gênero [18], conforme evidenciado pelos dados do Censo 2010 para a população de Rio Branco.

Tabela 1. Características sociodemográficas dos entrevistados no Censo 2010, Rio Branco - Acre, 2010.

Características sociodemográficas	N (336.038)	%
Sexo		
Mulher	141775	51,81
Homem	131894	48,19
Raça/cor		
Indígena	453	0,13
Preta	17884	5,32
Parda	224321	66,75
Branca	85735	25,51
Renda domiciliar*		
Sem rendimento	109642	40,07
Até 1 salário mínimo	73429	26,83
Mais de 1 até 3 salários	60134	21,98
Mais de 3 até 5 salários	14796	5,41
Mais de 5 até 10 salários	11201	4,09
Mais de 10 salários	4412	1,62
Nível de Instrução		
Sem instrução e fundamental incompleto	126759	46,32
Fundamental completo e médio incompleto	49781	18,19
Médio completo e superior incompleto	70620	25,81
Superior completo	24276	8,87
Não determinado	2232	0,82
Situação do domicílio		
Urbano	308545	91,82
Rural	27493	8,18

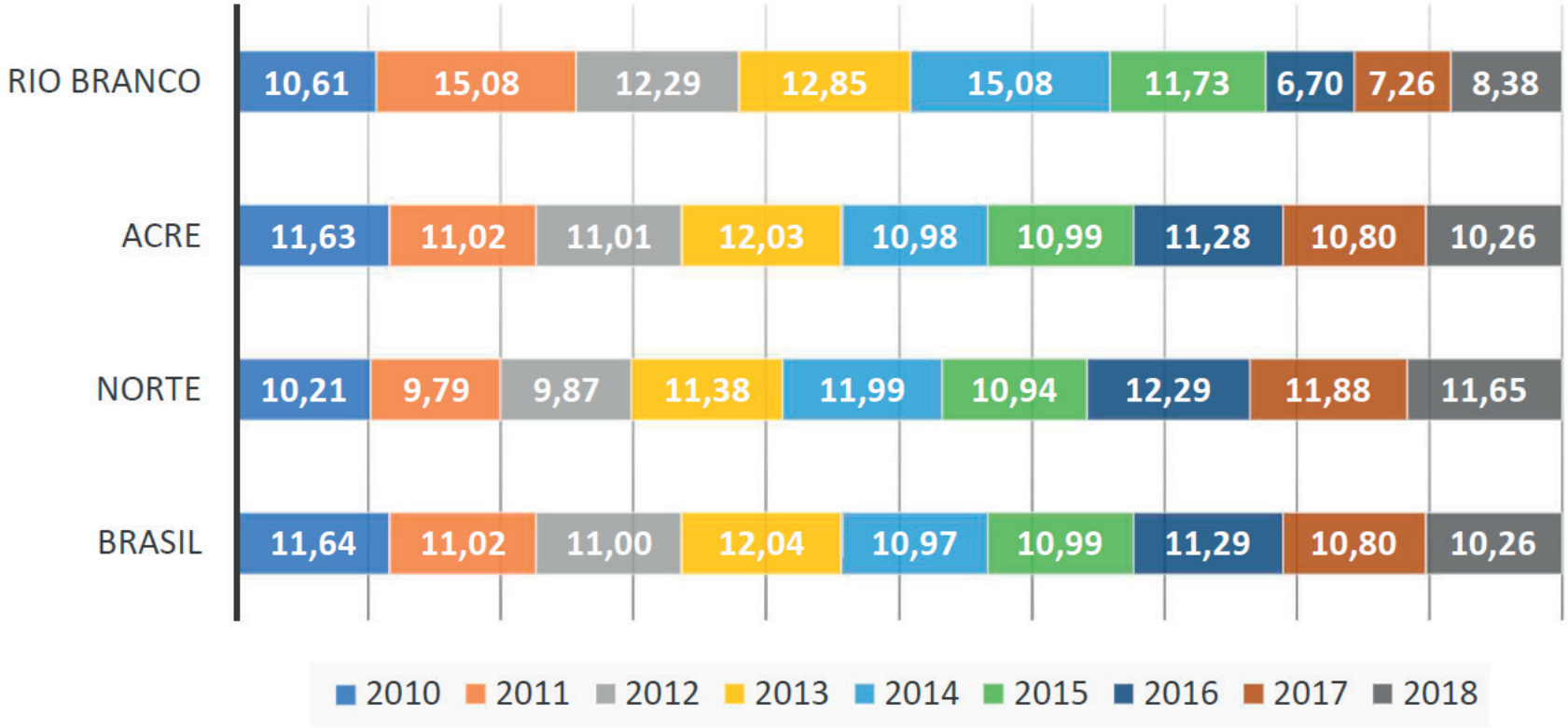
Fonte: Censo Demográfico / Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA, 2010)

Tabela 2. Características domiciliares dos entrevistados no Censo 2010, segundo raça e sexo, Rio Branco - Acre, 2010.

Características domiciliares	Mulheres (N/%)					Homens (N/%)			
	Total (N/%)	Indígena (23/0,07)	Preta (729/3,32)	Parda (11.060/35,22)	Branca (4.298/13,69)	Indígena (21/0,07)	Preto (977/3,11)	Pardo (10.426/33,20)	Branco (3.872/12,33)
Tipo de domicílio									
Casa	29.123 (93,31)	95,65	92,42	93,75	91,89	100,00	92,32	93,97	92,27
Apartamento	2.020 (6,47)	4,35	7,16	6,04	8,00	0,00	7,47	5,73	7,65
Cômodo	67 (0,21)	0,00	0,41	0,21	0,12	0,00	0,21	0,30	0,08
Material predominante, paredes externas									
Alvenaria com revestimento	17.413 (55,79)	43,48	51,79	53,26	65,28	38,10	50,47	52,09	64,65
Alvenaria sem revestimento	12.136 (38,88)	52,17	42,01	41,03	31,27	47,62	42,38	41,89	31,57
Madeira ou taipa*	1.661 (5,33)	4,35	6,20	5,29	3,29	14,29	7,16	6,01	3,77
Esgotamento sanitário Rede geral de esgoto/pluvial	13.812 (42,31)	73,68	41,82	43,52	54,08	47,37	38,15	42,07	51,50
Fossa séptica	4.069 (13,35)	5,26	11,52	13,41	13,19	21,05	15,87	12,99	14,02
Fossa rudimentar	6.177 (20,26)	10,53	23,33	21,02	15,75	10,53	20,98	22,24	17,23
Vala	4.349 (14,27)	5,26	16,64	15,26	11,08	10,53	16,20	15,20	11,64
Rio, lago ou mar, ou outra	2.078 (6,81)	5,26	6,69	6,79	5,61	10,53	8,80	7,49	5,62
Destino do lixo									
Coletado por serviço de limpeza	27.145 (89,98)	69,57	86,78	86,46	90,28	61,90	83,28	85,63	89,59
Coletado na caçamba	1.734 (5,56)	13,04	5,37	5,73	4,92	14,29	7,15	5,52	5,41
Queima na propriedade	1.546 (4,95)	17,39	5,37	5,22	2,73	19,05	5,89	6,19	2,89
Tem outro destino**	2.331 (2,51)	0,0	2,47	2,58	1,08	4,76	3,68	2,66	2,12
Abastecimento de água									
Rede geral com canalização Rede geral sem canalização interna Poço	13.655 (43,75)	34,78	41,74	43,51	46,16	33,33	42,48	42,51	45,89
ou nascente com canalização interna	7.149 (22,91)	30,43	9,78	7,29	7,04	23,81	8,41	7,46	6,35
Poço ou nascente sem canalização	7.149 (22,91)	21,74	22,87	21,95	25,88	19,05	19,77	21,75	26,26
Outra	6.322 (20,26)	13,04	20,25	21,43	16,39	14,29	21,98	21,83	16,61
	1.801 (5,77)	0,00	5,37	5,82	4,52	9,52	7,36	6,45	4,89

Fonte: Censo 2010 do Instituto Nacional de Geográfica e Estatística (IBGE). * Madeira aparelhada e aproveitada e taipa com e sem revestimento. **Enterrado na propriedade, jogado no terreno baldio, jogado no rio, lago ou mar.

Gráfico 1 Distribuição proporcional dos óbitos atribuída à água insegura, saneamento inseguro e falta de higiene*, Rio Branco, Acre, Norte, Brasil 2010 - 2018



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde
* diarreia (A00, A01, A03, A04, A06-09), infecções por nematoides intestinais (B76-B77, B79) e desnutrição proteico-energética (E40-E46)

FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE NO ORDENAMENTO TERRITÓRIAL DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As análises socioespaciais sobre o município de Rio Branco têm como base as dimensões dos impactos das mudanças climáticas em ambientes urbanos pelo que se estabeleceu no território urbano ordenado pelo Plano Diretor instituído com a Lei Municipal nº 1.611 de 27 de dezembro de 2006. Pela legislação o ordenamento tem como forma o Zoneamento e seus desdobramentos e a Disciplina do Uso, da Ocupação e do Parcelamento do Solo.

Estruturas criadas como avanço na urbanização da cidade aqui analisadas pelo desafio de desenvolver políticas públicas, capazes de mitigar e efetivar adaptações ao espaço que respondam a crise climática global, que se estabelece com o aprofundamento das mudanças climáticas pelas dimensões: condições extremas: mudanças climáticas - chuvas extremas/ ciclones tropicais - impacto em áreas urbanas: inundações mais frequentes, maior risco de deslizamentos de encostas, danos em casas, fábricas e infraestruturas urbanas; mudanças na exposição: mudanças climáticas - mudanças biológicas: impacto em áreas urbanas: aumento de vetores de doenças.

A espacialização e territorialização urbana de Rio Branco conforme o Mapa 01 analisada pelas estimativas populacionais do IBGE/2020 [19], no município vivem 413.418 habitantes, o que representa crescimento de 18,72%% em comparação ao Censo IBGE/2010 [14], que a população era de 336.038 hab. Contudo, são residentes no espaço urbano 308.545 pessoas e no rural 27.493 pessoas.

Se a análise é quanto as densidades populacional e territorial, conforme dos dados censitários, a primeira resposta é que Rio Branco tem baixíssima densidade populacional são 38,36 hab./km² para um município com uma área de 8.760 km². Mas, se a análise é sobre densidade urbana, se tem uma segunda resposta, já que a área urbana é de 145 km² e residem 91,82% das pessoas, o que apresenta grande preocupação, devido a área ser 1,66% do território municipal e é altamente denso são 2.128 hab./km² [14,19]. No Distrito de Rio Branco viviam o total da população urbana conforme o Censo 2010, pelas áreas de localização: 97,54% são residentes na cidade ou vila (área urbanizada) e 2,46% são residentes na cidade ou vila (área não urbanizada) [14].

Se a análise é sobre sexo e raça/cor no espaço urbano as mulheres são 47,65% e os homens são 44,17%. No total as mulheres são 51, 32% e os homens são 48,68% da população municipal. A população urbana autodeclarada indígena são 0,21%, negra são 77,91% e branco são 26,12%. Aprofundado os dados as dimensões raciais e sexo, as mulheres indígenas são 0,22%, negra são 69,65% e a branco são 27,67% [14].

Em 26 de dezembro de 2016, o município sancionou a Lei Municipal 2.222 que revisa e altera o Plano Diretor após dez anos de efetivado, esse apresenta novas zonas de expansão urbana com maior atenção as Zonas de Ocupação Prioritária (ZOP) e as Zonas de Urbanização Qualificadas, mudanças que sinalizam aprofundamento das desigualdades com maior segregação socioespacial.

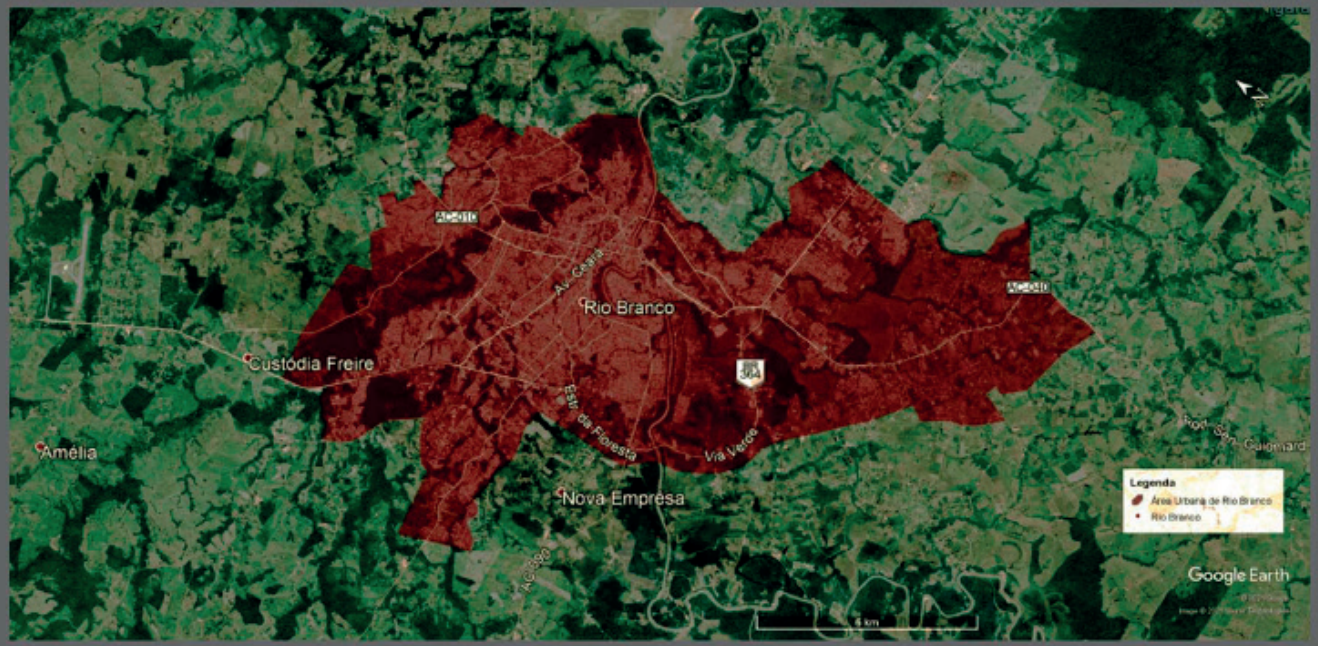
Isso porque se trata de um território constituído sobre mananciais e córregos do Rio Acre sob impacto pelos períodos mais constantes de cheias e vazantes, que tem provocado mudanças de extensão pelas cheias sazonais que causa inundação parcial ou total das áreas urbanas. Isso porque o Igarapé São Francisco, com um percurso de 115,6 km² e densidade de drenagem de 1,37 km/km² é de grande importância por ser a exceção do Rio Acre, o principal coletor da bacia hidrográfica que constitui o espaço urbano de Rio Branco[1].

[1] Dados sobre hidrografia disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Branco#Hidrografia acessado em: 29.06.2021.

MUNICÍPIO: Rio Branco | **Perímetro total:** 737 km / **Área total:** 8.760 km²
Perímetro Urbano: 73,9 km / **Área Urbana:** 145 km²

Legenda Área Municipal Área Urbana

Escala 0 3 6 9 12 15 km



Amazônia Legal Urbana
ANÁLISES SOCIOESPACIAIS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MAPA 01 ÁREA MUNICIPAL E URBANA RIO BRANCO (AC)

Estado do Acre
Município: Rio Branco

Dados de Georreferenciamento
Censo Demográfico 2010 - Base Cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010)
Sistema: SIRGAS2000

Imagem
Google Earht | Image ©2021 Maxar Technologies - ©2021 Google Image ©2021 TerraMetrics
Escala: 1:5.000

Equipe de Pesquisa
Andrêa Jacqueline F. Ferreira Emanuelle F. Góes , Tatiane de Cassia da C. Malheiro
Diosmar M. de Santana Filho
Elaboração do Mapa Temático
Diosmar Santana Filho
CREA-BA nº 3000038504

Apoio Institucional
Instituto Clima e Sociedade (ICS)
Ano: 2021

Nesse campo é importante analisar o Plano Diretor pelo que revela o **Mapa 02 com Áreas Urbanas e os Aglomerados Subnormais,** aprovadas na Zona de Vulnerabilidade Ambiental (ZVA) e Zona Urbana (ZU), representando aprofundamento das desigualdades urbanas diante das condições de vulnerabilidade pelas tragedias provocadas pelas cheias do Rio Acre.

Além, das alternâncias bruscas de temperatura no território que tem alcançado o recorde de 39ºC e mínima recorde de 6ºC [20], como a abaixo de 13ºC registrada em agosto/20202, ficando a população rio-branquense em completa vulnerabilidade. Diante da situação dos dezesseis aglomerados subnormais classificados pelo IBGE, com uma população de 36.844, são 10,96% da população municipal e 51,32% são mulheres e os homens são 48,68%. As áreas de aglomerados estão localizadas na ZVA, com pessoas em plena vulnerabilidade habitacional, vivendo de serviços públicos precários - nos terrenos públicos em exclusão com média e alta densidade territorial [14].

As análises em escalas no distrito de Rio Branco sobre os tipos esgotamento sanitário nos domicílios particulares permanentes se observa que 2.720 domicílios têm acesso a rede geral de esgoto ou pluvial, 1.569 usam fossa rudimentar, 2.497 usam vala, e 941 usam rio, lago ou mar para os despejos sanitários.

Se escala for as condições de acesso ao serviço de saneamento e abastecimento, pelos tipos de esgotamento sanitário nos aglomerados subnormais, 2.747 domicílios têm acesso a rede geral de esgoto ou pluvial, 1.994 usam fossa rudimentar, 2.612 usam vala e 955 usam rio, lago ou mar para os despejos sanitários.

Já quanto ao abastecimento de água nos aglomerados subnormais, 4.859 domicílios têm acesso a rede geral de distribuição, contudo, 3.944 usam água de poço ou nascente na propriedade, 1.170 acessam poço ou nascente fora da propriedade e 375 acessam rio, açude, lago ou igarapé para abastecimento [14].

As condições sanitárias e de abastecimento para consumo humano da população do distrito de Rio Branco e os aglomerados subnormais tem reflexo das condições econômicas da maioria da população rio-branquense, as pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares pelo critério de raça/cor são 94.397 mil pessoas, sendo que indígenas são 0,25%, negras são 72,62 e brancas são 24,74%.

[2] Informações disponíveis em: https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/08/21/rio-branco-registra-tarde-maisfria-que-em-bariloche-na-argentina.ghtml Acesso em: 20.06.21.

MUNICÍPIO: Rio Branco | **Perímetro Urbano:** 73,9 km / **Área Urbana:** 56 km²

ÁREAS AGLOMERADOS SUBNORMAIS: 16 ÁREAS

Legenda Perímetros Urbanos / Aglomerados Subnormais

Escala 0 3 6 9 12 15 km

Amazônia Legal Urbana

ANÁLISES SOCIOESPACIAIS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MAPA 02 ÁREAS URBANAS E AGLOMERADOS SUBNORMAIS RIO BRANCO (AC)

Estado do Acre
Município: Rio Branco

Dados de Georreferenciamento
Censo Demográfico 2010 - Base Cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010)
Sistema: SIRGAS2000

Imagem
Google Earht | Image ©2021 Maxar Technologies - ©2021 Google Image ©2021 TerraMetrics
Escala: 1:5.000

Equipe de Pesquisa
Andrêa Jacqueline F. Ferreira Emanuelle F. Góes , Tatiane de Cassia da C. Malheiro
Diosmar M. de Santana Filho

Elaboração do Mapa Temático
Diosmar Santana Filho
CREA-BA nº 3000038504

Apoio Institucional
Instituto Clima e Sociedade (ICS)
Ano: 2021

REGISTRO QR CODE

O total populacional vivendo com rendimento mensal de 1/8 a 1 salário mínimo são 59,09%, com rendimento de 1 a 3 salários mínimos mensal são 26,10% e de 3 a 10 salários mínimos são 9,02% [14]. Pelo critério de raça/cor com rendimento mensal 1/8 a 1 salário mínimos, 64,96% da população indígena sobrevivem nessa faixa de renda, 72,0% da população negra e 48,10% dos brancos. Com rendimento mensal de 1 a 3 salários mínimos a indígena são 21,79%, negra têm 24,84% e os brancos são 30,05%. Contudo, se é sobre rendimento mensal de 3 a 10 salários mínimos apenas 5,98% das indígenas estão nessa faixa de renda, negras são 12,56% e os brancos são 15,40% [14].

As condições socioeconômicas e as dimensões dos impactos das mudanças climáticas no espaço urbano do município de Rio Branco, apresentam desigualdades raciais, de gênero e sociais, dados que se apresentaram também na urbanização das cidades de Belém, Macapá, Manaus, e São Luís.

O plano diretor urbano mantém os aglomerados subnormais em área de plena vulnerabilidade, é uma realidade de impacto em curso que se refletem no número de mortalidade.

Segundo o monitoramento de indicadores ODS 13 que alerta sobre tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, o indicador 13.1.1 número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes em 2017, revela que o estado do Amazonas tem o maior número de mortes entre todas as unidades da federação são 2.143 mortes, na escala da Amazônia Legal Urbana o estado do Acre tem o segundo recorde, foram 543.62 mortes no mesmo ano [21].

Por fim, o conhecimento da realidade contribui para que as intervenções no campo do ordenamento territorial tenham atenção e se realize uma nova revisão do plano diretor, pois, Rio Branco é a unidade municipal com a maior população urbana estadual e os dados de mortes atribuídas a desastres tem reflexo nas formas estruturas criadas para expansão urbana com zonas de ocupação qualificáveis no ordenamento recém aprovado. Não será possível formular políticas de adaptação e mitigação aos efeitos e impactos das mudanças climáticas, mantendo o grau de desigualdades e exclusão que está a totalidade a população rio-branquense.

REFERÊNCIAS

1 Brasil. Lei No 11.977, de 7 de julho de 2009. Regulamenta o Programa Minha Casa Minha Vida. 2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm

2 Brasil. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992. 1998.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2652.htm (accessed 3 Dec 2020).

3 Organização das Nações Unidades. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil. 2018.https://brasil.un.org/pt-br/sdgs (accessed 3 Dec 2020).

4 Organização das Nações Unidades. Gênero e mudanças climáticas: quanto maior a inclusão das mulheres, maiores as chances de combatê-lo - Pacto de alcaldes. 2018.

5 UNFPA. Women Central to Efforts to Deal With Climate Change, Says New UNFPA Report. 2018./es/node/7473 (accessed 3 Dec 2020).

6 Cunha, José Marcus Cunha Pinto da R. Planejamento municipal e segregação socioespacial: por que importa? In: População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: : UNFPA : NEPO : UNICAMP 2010. 36–65.

7 Souza ML. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 560p. Geogr Em Atos Online 2002;1:169–74. doi:10.35416/geoatos.v1i4.7629

8 Vainer, C. Pátria F. Empresa e Mercadorias Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento. In: A cidade do pensamento Único: Desmanchando Consensos. Vozes: Petropolis - Rio de Janeiro 2000. 101–101.

9 Osmont A. Por uma planificação urbana democrática. In: Geosul, revista do departamento de geociências – CFH. Florianópolis: Editora da UFSC 2002. 18.

10 Souza ML, Rodrigues GB. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.: in il. Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo. Coleção Paradidáticos. São Paulo: UNESP 2004.

11 Santos M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 5. reimpr. São Paulo, SP: : Edusp, Ed. da Univ. de São Paulo 2009.

12 Becker, Bertha. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial - 3a ed. - Oficina de Texto. In: Amazônia e a política ambiental brasileira. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio Janeiro: Lamparina 2011. 22–42.

13 Cidades Sustentáveis. Mapa da Desigualdade entre as Capitais Brasileiras. Cidades Sustentáveis. 2020.https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/mapa_da_desigualdade_capitais _covid19 (accessed 3 Dec 2020).

14 IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. 2010.https://sidra.ibge.gov.br/territorio (accessed 3 Dec 2020).

15 IBGE. Censo Brasileiro de 2010. 2010.https://censo2010.ibge.gov.br/ (accessed 3 Dec 2020).

16 Espíndola IB, Ribeiro WC, Espíndola IB, et al. Cidades e mudanças climáticas: desafios para os planos diretores municipais brasileiros. Cad Metrópole 2020;22:365–96. doi:10.1590/2236- 9996.2020-4802

17 Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) - DATASUS. 2020.http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701 (accessed 3 Dec 2020).

18 UNFCCC. Introduction to Gender and Climate Change. 2018.https://unfccc.int/gender (accessed 3 Dec 2020).

19 IBGE. IBGE Cidades. Rio Branco. 2021.https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/panorama (accessed 28 Jun 2021).

20 INPE. Instituto Nacional de Meteorologia. 2021.https://www.gov.br/agricultura/ptbr/ assuntos/inmet?&mRelEstacao=82915&btnProcesso=serie&mRelDtInicio=01/06/1969&mRel DtFim=31/07/2018&mAtributos=,,1 (accessed 28 Jun 2021).

21 IBGE. Indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). 2020. https://pgiods.ibge.gov.br/index.html?mapid=167 Acesso em: 30.06.21 (accessed 30 Jun 2021).

DESIGUALDADES URBANA E DE GÊNERO EM TEMPOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL DE RIO BRANCO (AC)

Resumo

Estudos sobre Mudanças Climáticas no contexto da Amazônia Legal, se apresentam em duas escalas: a primeira pela globalização da floresta capital natural; e a segunda, pela nacional da floresta para crescimento econômico. Nessa construção, é invisibilizada a Amazônia Legal urbana em segregação socioespacial, onde o lugar de vida da maioria da população, impactada em ocupações insalubres, sem rendimentos, com má qualidade da água e do ar e insegurança alimentar, é vulnerável aos eventos climáticos extremos. Tais vulnerabilidades são mediadas por determinantes estruturantes como o racismo, a pobreza, as condições geográficas e culturais, e diferem de acordo com os grupos raciais e étnicos, repercutindo no aprofundamento das desigualdades de gênero, em especial, em países de baixa e média renda, neste caso se insere o Brasil. O cenário alarmante das mudanças do clima na atualidade tem sido evidenciado ao longo das décadas e em diversos lugares e territórios. Nesse sentido, a pesquisa se realiza pela coleta, sistematização e análise de dados secundários dos perímetros urbanos das cidades da Amazônia Legal, para a análise socioespacial do ordenamento territorial do município de Rio Branco diante dos compromissos com as Mudanças Climáticas. Foram sistematizados e analisados dados do Censo Demográfico de 2010, da Cartografia da Biblioteca de Geociências e do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Com análise das características sociodemográficas, territorial e de saúde da população de Rio Branco, se produziu a análise socioespacial com mapas temáticos através do software Google Earth Pró. Os subsídios teóricos e metodológicos da pesquisa se objetivam contribuir com processos de revisão e/ou elaboração de novo Plano Diretor do município de Rio Branco em atenção às políticas de adaptação, mitigação e/ou redução das mudanças do clima, em face da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Palavras Chaves: Rio Branco. Cidade. Ordenamento Territorial. Desigualdades. Mudanças Climáticas

Abstract

Studies on Climate Change in the context of the Legal Amazon are presented on two scales: the first one, for the globalization of the natural capital forest; and the second one, for the national forest for economic growth. In this construction, the urban Legal Amazon is invisible in socio-spatial segregation, where the place of life of the majority of the population, impacted in unhealthy occupations, without income, with poor water and air quality, and food insecurity, is vulnerable to extreme climate events. These vulnerabilities are mediated by structural determinants, such as racism, poverty, geographic and cultural conditions, and differ according to racial and ethnic groups, impacting on the deepening of gender inequalities, especially in low-and-middle-income countries, as Brazil. The alarming scenario of climate change today has been evident over the decades and in several places and territories. In this sense, the research is carried out through the collection, systematization and analysis of secondary data from the urban perimeters of the cities of the Legal Amazon, for the socio-spatial analysis of the territorial planning of the municipality of Rio Branco in the face of Climate Change commitments. Data from the 2010 Demographic Census, Geoscience Library Cartography and the Automatic Recovery System (SIDRA) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE were systematized and analyzed. With analysis of the sociodemographic, territorial and health characteristics from population of Rio Branco, socio-spatial analysis was produced with thematic maps using Google Earth Pro software. The theoretical and methodological subsidies of the research aim to contribute to processes of revision and/or elaboration of a new Master Plan for the municipality of Rio Branco in attention to climate change adaptation, mitigation and/or reduction policies in the light of the United Nations Framework Convention on Climate Change and the Sustainable Development Goals (SDS) of the United Nations (UN) Agenda 2030.

Keywords: Rio Branco. Land use planning. Inequalities. Climate Change.